

**LOGOS COMPANHIA  
SECURITIZADORA S.A.**  
CNPJ 19.851.496/0001-35 e NIRE:  
41300090785

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AGO**  
Convocamos os acionistas desta sociedade a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, no próximo dia 28 de abril de 2023, às 10hs-00min, em Curitiba, Estado do Paraná, na Av. Candido de Abreu, nº 776 – sala 402, Centro Cívico, CEP 80530-000. Com a finalidade de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: I. Examinar, discutir e votar o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. II. Discutir e deliberar sobre o resultado apurado no exercício de 2022, conforme balanço Patrimonial e Demonstração de Resultado do respectivo exercício, bem como definir a Destinação dos Lucros apurados. Curitiba, 31 de março de 2023. Logos Companhia Securitizadora S.A.

**LOGOS COMPANHIA  
SECURITIZADORA S.A.**  
CNPJ 19.851.496/0001-35 e NIRE: 41300090785  
**AVISO AOS ACIONISTAS**

A LOGOS COMPANHIA SECURITIZADORA S/A, comunica aos seus acionistas que se encontram disponíveis na sede da Companhia, em Curitiba, Estado do Paraná, na Av. Candido de Abreu, nº 776 – sala 402, Centro Cívico, CEP 80530-000, cópia dos documentos a que se refere o artigo 133 da Lei nº. 6.404/76 e Instrução CVM 481/09, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Comunica também, cópias eletrônicas destes documentos poderão ser obtidas na página da Comissão de Valores Mobiliários (<http://www.cvm.gov.br>). Curitiba, 31 de março de 2023. Logos Companhia Securitizadora S/A

**LAVRADORA RACIONAL DE MADEIRAS LAVRAMA S/A**  
CNPJ 76.506.302/0001-06 - NIRE 4130004787-1  
**AVISO AOS ACIONISTAS E  
EDITAL DE CONVOCAÇÃO  
PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA Nº 103 E  
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA Nº 106**

O Sr. Jacob Reicher Diretor Presidente da Companhia LAVRADORA RACIONAL DE MADEIRAS LAVRAMA S/A, convida os Senhores (as) Acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Assembleia Geral Extraordinária, a serem realizadas no dia 25 de Abril de 2023, às 11:00 horas, na sede da companhia na Rua Amazonas, nº 572, Bairro Água Verde, Curitiba, Paraná, CEP. 80.610-030, para deliberarem sobre a seguinte **ORDEM DO DIA:**  
**ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**

- 1) Exame, discussão e votação das demonstrações financeiras e relatórios dos administradores e aprovação das contas, relativos ao exercício financeiro findo em 31/12/2022;
- 2) Deliberação acerca da destinação do resultado do exercício findo em 31/12/2022;
- 3) Ratificar a distribuição de Juros sobre Capital Próprio no valor de R\$10.530.920,67, pago aos acionistas em 24/06/2022, com os devidos descontos do IR fonte;
- 4) Deliberação acerca de reajuste da remuneração dos Administradores da Companhia, tendo como base o índice inflacionário INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor
- 5) Deliberação sobre a manutenção do Conselho Fiscal;
- 6) Eleição dos membros do Conselho Fiscal, se for o caso;
- 7) Deliberação acerca da remuneração dos Conselheiros;
- 8) Assuntos Gerais.

**ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA:**

- 1) Deliberação acerca da alteração da atividade econômica principal da companhia, para "Fabricação de Artefatos Diversos de Madeira" CNAE 16.29-3-01, com a exclusão das atividades econômicas não mais executadas pela companhia;
- 2) Deliberação pela Alteração do Artigo 4º do Estatuto Social da Companhia, para adequar o objeto social em relação às atividades atualmente executadas em suas unidades, com a seguinte proposta de redação do referido artigo:

**Artigo 4º** – O objeto social consiste a) Fabricação de Artefatos Diversos de Madeira; b) serraria com e sem desdobramento de madeira; c) produção florestal em florestas plantadas: no cultivo de pinus, eucalipto e outras espécies madeireiras, no cultivo de mudas em viveiros florestais e na extração de madeiras; d) produção florestal em florestas nativas: na extração de madeira, florestamento e reflorestamento; e) comércio atacadista de madeira e produtos derivados; f) atividades imobiliárias de imóveis próprios: na compra, venda e aluguel de imóveis; g) participação societária como acionista ou quotista em outras sociedades. Parágrafo único: A sociedade mantém as seguintes filiais, as quais atuam sob a direção e administração da matriz: **Filial Timbó**, inscrita no CNPJ. 76.506.302/0010-99 com endereço na Rua São José, 1670, Município de Timbo Grande, Estado de Santa Catarina, CEP. 89.545-000, com Registro na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina, sob o Número de Identificação do Registro de Empresas - NIRE: 42900176649 em 19/11/1984, a qual tem como atividade principal Serraria sem Desdobramento de Madeira (CNAE- 16.10-2-01) e como atividade secundária Serraria sem Desdobramento de Madeira (CNAE- 16.10-2-02); **Filial Coronel Domingos Soares** inscrita no CNPJ. 76.506.302/0011-70 com endereço na Localidade Estrela de Cima, s/nº, Bairro Sede, Município de Coronel Domingos Soares, Estado do Paraná, CEP. 85.557-000, com Registro na Junta Comercial do Estado do Paraná, sob o Número de Identificação do Registro de Empresas - NIRE: 41900091421 em 17/07/1985, a qual tem como atividade principal Fabricação de Artefatos Diversos de Madeira (CNAE: 16.29-3-01) e como atividades secundárias: Serraria sem Desdobramento de Madeira (CNAE: 16.10-2-02); Cultivo de Eucalipto (CNAE: 02.10-1-01); Cultivo de Pinus (CNAE: 02.10-1-03); Cultivo de Mudas em Viveiros Florestais (CNAE: 02.10-1-06); Extração de Madeira em Florestas Plantadas (CNAE: 02.10-1-07) e Comércio Atacadista de Madeiras e Produtos Derivados (CNAE: 46.71-1-00).

**AVISO** - A administração comunica aos Senhores Acionistas, que se encontram à sua disposição, na sede da companhia, situada na Rua Amazonas, 572, bairro Água Verde, Curitiba, Paraná, CEP. 80.610-030, os documentos a que se refere o Artigo 133 da Lei 6.406/1976, com alterações da Lei 10.303/2001, relativos ao exercício social encerrado em 31 de Dezembro de 2022. Curitiba (Pr), 24 de Março de 2023. Jacob Reicher - Diretor Presidente

**COMPENSADOS E LAMINADOS LAVRASUL S/A**  
CNPJ. 83.187.930/0001-23 - NIRE 4130000695-4  
**AVISO AOS ACIONISTAS E  
EDITAL DE CONVOCAÇÃO  
PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA Nº 58 E  
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA Nº 81**

O Sr. Isac Chami Zugman Diretor Presidente da Companhia COMPENSADOS E LAMINADOS LAVRASUL S/A, convida os Senhores (as) Acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Assembleia Geral Extraordinária a serem realizadas no dia 25 de Abril de 2023 às 10:00 horas, na sede da Companhia, Rua Amazonas, nº 572, Bairro Água Verde, Curitiba, Paraná, CEP. 80.610-030, para deliberarem sobre a seguinte **ORDEM DO DIA:**  
**ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**

- 1) Exame, discussão e votação das demonstrações financeiras e relatórios dos administradores e aprovação das contas, relativos ao exercício financeiro findo em 31/12/2022;
- 2) Deliberação acerca da destinação do resultado do exercício findo em 31/12/2022;
- 3) Deliberação acerca de reajuste da remuneração dos Administradores da Companhia, tendo como base o índice inflacionário INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor
- 4) Deliberação sobre a manutenção do Conselho Fiscal;
- 5) Eleição dos membros do Conselho Fiscal, se for o caso;
- 6) Deliberação acerca da remuneração dos Conselheiros;
- 7) Assuntos Gerais.

**ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA:**

- 1) Deliberação acerca da exclusão das atividades econômicas secundárias não mais executadas pela companhia;
- 2) Deliberação pela Alteração do Artigo 4º do Estatuto Social da Companhia, para adequar o objeto social em relação às atividades atualmente executadas em suas unidades, com a seguinte proposta de redação do referido artigo: **Artigo 4º** – O objeto social consiste em: a) Fabricação de madeira laminada e de chapas de madeira compensada, prensada e aglomerada; b) Fabricação de esquadrias de madeira e de peças de madeira para instalações industriais e comerciais; c) Produção florestal em florestas plantadas: na extração de madeiras em florestas plantadas, no cultivo de pinus; d) Comércio atacadista de madeira e produtos derivados; e) Participação societária como acionista ou quotista em outras sociedades. PARÁGRAFO PRIMEIRO: O prazo de duração da sociedade será por tempo indeterminado, encerrando suas atividades com observância das disposições legais estatutárias. PARÁGRAFO SEGUNDO: A sociedade mantém as seguintes filiais, as quais atuam sob a direção e administração da matriz: a) **Filial São Paulo**, inscrita no CNPJ. 83.187.930/0012-86, com endereço na Rua Luigi Galvani, 42, Conjuntos 23 e 24, Bairro Cidade Moções, São Paulo, Estado de São Paulo, CEP. 04.575-020, com Registro na Junta Comercial do Estado de São Paulo, sob o Número de Identificação do Registro de Empresas - NIRE: 35903236094 em 14/08/1968, a qual tem como atividade principal a Escritório e Apoio Administrativo (CNAE-82.11-3-00); b) **Filial Canoinhas**, inscrita no CNPJ. 83.187.930/0013-67, com endereço na Av. Senador Ivo D' Aquino, 385, Bairro Parque Industrial I, Canoinhas, Estado de Santa Catarina, CEP. 89.462-486, com Registro na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina, sob o Número de Identificação do Registro de Empresas - NIRE: 42900596451 em 25/04/1972, a qual tem como atividade principal a Fabricação de Esquadrias de Madeira e de Peças de Madeira para Instalações Industriais e Comerciais (CNAE: 16.22-6-02) e como atividades secundárias a Extração de Madeira em Florestas Plantadas (CNAE: 02.10-1-07, Cultivo de Pinus (CNAE: 02.10-1-03) e Comércio Atacadista de Madeiras e Produtos Derivados (CNAE: 46.71-1-00); c) **Filial Timbó**, inscrita no CNPJ. 83.187.930/0014-48, com endereço na Rua São José, 870, Município de Timbo Grande, Estado de Santa Catarina, CEP. 89.545-000, com Registro na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina, sob o Número de Identificação do Registro de Empresas - NIRE: 42900596460 em 25/04/1972, a qual tem como atividade principal a Fabricação de Madeira Laminada e de Chapas de Madeira Compensada, Prensada e Aglomerada (CNAE: 16.21-8-00) e como atividade secundária o Comércio Atacadista de Madeiras e Produtos Derivados (CNAE: 46.71-1-00).

**AVISO** - A administração comunica aos Senhores Acionistas, que se encontram à sua disposição, na sede da companhia, situada na Rua Amazonas, 572, bairro Água Verde, Curitiba, Paraná, CEP. 80.610-030, os documentos a que se refere o Artigo 133 da Lei 6.406/1976, com alterações da Lei 10.303/2001, relativos ao exercício social encerrado em 31 de Dezembro de 2022. Curitiba (Pr), 24 de Março de 2023. Isac Chami Zugman - Diretor Presidente

**AGRO PASTORIL NOVO HORIZONTE S/A**  
CNPJ. 78.231.701/0001-29 - NIRE 41300002304  
**AVISO AOS ACIONISTAS E  
EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

**PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA Nº 44 e  
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA Nº 53**

O Sr. Júlio Zugman Diretor Presidente da sociedade AGRO PASTORIL NOVO HORIZONTE S/A, convida os Senhores (as) Acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Assembleia Geral Extraordinária, a serem realizadas no dia 25 de Abril de 2023, às 9:00 horas, na sede da Companhia, na Rua Amazonas, nº 572, Bairro Água Verde, Curitiba, Paraná, CEP. 80.610-030, para deliberarem sobre a seguinte **ORDEM DO DIA: ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**

- 1) Exame, discussão e votação das demonstrações financeiras e relatórios dos administradores e aprovação das contas relativas ao exercício financeiro findo em 31/12/2022;
- 2) Deliberação acerca da destinação do resultado do exercício findo em 31/12/2022;
- 3) Deliberação acerca de reajuste da remuneração dos Administradores da Companhia, tendo como base o índice inflacionário INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor
- 4) Deliberação sobre a manutenção do Conselho Fiscal;
- 5) Eleição dos membros do Conselho Fiscal, se for o caso;
- 6) Deliberação acerca da remuneração dos Conselheiros;
- 7) Assuntos Gerais.

**ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**

- 1) Deliberação acerca da exclusão de atividade econômica secundária não mais executada pela companhia;
- 2) Deliberação para a Alteração do Artigo 3º do Estatuto Social para adequar o objeto social em relação às atividades atualmente executadas em unidades da Companhia, com a seguinte proposta de redação do referido artigo: **Artigo 3º:** A sociedade tem por objeto: **PRODUÇÃO FLORESTAL em florestas plantadas, no cultivo de pinus e eucalipto, no cultivo de mudas em viveiros florestais e extração de madeiras; PRODUÇÃO FLORESTAL em florestas nativas, na Extração de Madeiras; ATIVIDADES IMOBILIÁRIAS DE IMOVEIS PRÓPRIOS, na compra, venda e aluguel de imóveis, inclusive aqueles adquiridos para revenda; Parágrafo Primeiro:** A critério da Diretoria, a sociedade poderá: a) criar e instalar filiais, depósitos ou outras dependências em todo o território nacional respeitada a faixa de fronteira; b) incluir, excluir ou redistribuir atividades entre as filiais; c) encerrar filiais. **Parágrafo Segundo:** A sociedade mantém as seguintes filiais, as quais atuam sob a direção e administração da matriz: **Filial Canoinhas**, inscrita no CNPJ. 78.231.701/0004-71, com endereço na Av. Senador Ivo D' Aquino, s/nº, Bairro Parque Industria I, Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, CEP. 89.460-000, com Registro na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina, sob o Número de Identificação do Registro de Empresas - NIRE: 42900150399 em 03/02/1983, a qual tem como atividade principal a Produção Florestal, na Extração de Madeira em Florestas Plantadas (CNAE-02.10-1-07); **Filial Cacumbanguê**, inscrita no CNPJ. 78.231.701/0007-14, com endereço na Localidade Fazenda Cacumbanguê, s/nº, Bairro Fazenda Cacumbanguê, Município de Coronel Domingos Soares, Estado do Paraná, CEP. 85.557-000, com Registro na Junta Comercial do Estado do Paraná, sob o Número de Identificação do Registro de Empresas - NIRE: 41900104809 em 17/01/1986, a qual tem como atividade principal a Produção Florestal na Extração de Madeira em Florestas Plantadas (CNAE: 02.10-1-07) e como atividades secundárias, a Produção Florestal em Florestas Plantadas no Cultivo de Pinus (CNAE: 02.10-1/03), no Cultivo de Eucalipto (CNAE: 02.10-1/01) e no Cultivo de Mudas em Viveiros Florestais (CNAE: 02.10-1/06); **Filial Capivary**, inscrita no CNPJ. 78.231.701/0009-86, com endereço na Rodovia BR 116 KM 61, s/nº, Município de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, CEP. 83.430-000, com Registro na Junta Comercial do Estado do Paraná, sob o Número de Identificação do Registro de Empresas - NIRE: 41900264458 em 08/04/1988, a qual tem como atividade principal a Produção Florestal na Extração de Madeira em Florestas Plantadas (CNAE: 02.10-1-07) e como atividades secundárias, a Produção Florestal em Florestas Plantadas no Cultivo de Pinus (CNAE: 02.10-1/03), no Cultivo de Eucalipto (CNAE: 02.10-1/01), no Cultivo de Mudas em Viveiros Florestais (CNAE: 02.10-1/06); na Produção Florestal em Florestas Nativas e Extração de Madeiras Florestas Nativas (CNAE: 02.20-9/01); **Filial Manaus**, inscrita no CNPJ. 78.231.701/0010-10, com endereço na Rua 14, nº 26, Bairro Parque 10 de Novembro, Município de Manaus, Estado do Amazonas, CEP. 69.055-060, com Registro na Junta Comercial do Estado do Amazonas, sob o Número de Identificação do Registro de Empresas - NIRE: 13900058651 em 05/10/1988, a qual tem como atividade principal a Produção Florestal em Florestas Nativas, na Extração de Madeiras (CNAE: 02.20-9/01).

3) Deliberação acerca do Fundo de Reserva constituído na forma do "Acordo Entre Acionistas/ Quotistas das empresas que integram o Grupo Zugman

**AVISO** - A administração comunica aos Senhores (as) Acionistas, que se encontram à sua disposição, na sede da companhia, situada na Rua Amazonas, 572, bairro Água Verde, Curitiba, Paraná, CEP. 80.610-030, os documentos a que se refere o Artigo 133 da Lei 6.406/1976, com alterações da Lei 10.303/2001, relativos ao exercício social encerrado em 31 de Dezembro de 2022. Curitiba (Pr), 24 de Março de 2023. Julio Zugman - Diretor Presidente.

# Faça suas publicações legais no DI&C.

## A transparência é total e a cobertura é perfeita.

As publicações acima foram realizadas e certificada no dia 27/03/2023

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal Indústria & Comércio ou acesse através do link: [https://www.diarioinduscom.com.br/Publicacoes\\_Legais](https://www.diarioinduscom.com.br/Publicacoes_Legais)



## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/CBC9-474A-DD36-277A> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: CBC9-474A-DD36-277A



### Hash do Documento

5ED20DAB4B6A807E4D88C5D3CC768B2D97BD6730CCB982D9F3693C26FF7D787D

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 27/03/2023 é(são) :

- Odone Fortes Martins (Signatário - INCO EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA) - 027.836.579-53 em 27/03/2023 09:19 UTC-03:00  
**Tipo:** Certificado Digital - INCO EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - 09.570.162/0001-30



**Bari Securitizadora S.A.**

CNPJ: 10.608.405/0001-60 - Avenida Sete de Setembro, 4781 Conj. 02 - Água Verde - Curitiba/PR Telefone: (41) 4007-2888



**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

Senhores Acionistas,  
Em cumprimento às determinações legais, submetemos à apreciação de V. Sas. O Relatório de Administração e as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a Companhia, tendo realizado emissões de 10 (dez) emissões e 27 (vinte e sete) séries, sendo, 1 (uma) série da 2ª emissão, 2 (duas) séries da 3ª emissão, 1 (uma) série da 4ª emissão, 1 (uma) série da 6ª emissão, 1 (uma) série da 7ª emissão, 1 (uma) série da 8ª emissão, 1 (uma) série da 9ª emissão, 1 (uma) série da 11ª emissão, 3 (três) séries da 12ª emissão, 1 (uma) série da 13ª emissão e 14 (quatorze) séries da 1ª emissão de Certificados

de Recebíveis Imobiliários ("CRI-s") no montante total de R\$ 892.902. Visando atender ao disposto na Instrução CVM nº 381/03, informamos que a Companhia não contratou durante o exercício sob análise, qualquer prestação de serviços, que não de auditoria externa, de seus auditores independentes Grant Thornton Auditores Independentes. Por fim, temos a consignar o apoio de nossos colaboradores internos e externos, que contribuíram com os resultados alcançados, mormente pelas dificuldades transpostas no exercício de 2022.

Curitiba, 17 de março de 2023.  
**Evaldo Leandro Perussolo**  
Diretor Presidente

**Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021**  
(Expresso em milhares de Reais - R\$ mil)

Ativo	Nota	2022	2021	Passivo	Nota	2022	2021
<b>Circulante</b>		<b>2.819</b>	<b>2.698</b>	<b>Circulante</b>		<b>2.093</b>	<b>1.252</b>
Caixa e equivalentes de caixa	4	149	481	Dividendos e juros sobre capital próprio	13.d	542	250
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	5	594	1.935	Bonificações a pagar		263	70
Aplicações em operações interfinanceiras		594	1.935	Obrigações sociais e trabalhistas		114	105
Outros créditos		1.990	280	Impostos sobre o lucro a pagar		99	66
Adiantamentos	7	131	110	Impostos e contribuições a recolher		241	89
Serviços prestados	6	410	81	Passivo de arrendamento	10	60	111
(-) Provisão para perda esperada	6	(13)	(6)	Receita diferida	11	615	511
Créditos tributários	17.b	148	57	Outras obrigações diversas	12	159	50
Impostos a recuperar	8	1.314	37				
Sociedades ligadas a receber		-	1	<b>Patrimônio líquido</b>	13	<b>6.753</b>	<b>4.687</b>
Outros valores e bens		86	2	Capital social		3.750	2.750
Despesas antecipadas		86	2	Reserva legal		245	157
				Reserva especial		2.872	1.842
				Ajuste a valor de mercado		(114)	(62)
<b>Não Circulante</b>		<b>6.027</b>	<b>3.241</b>				
Ativos financeiros registrados pelo valor justo através de outro resultado abrangente		4.483	1.837	<b>Total do Passivo</b>		<b>8.846</b>	<b>5.939</b>
Certificado de recebíveis imobiliários	5	4.483	1.837				
Outros Créditos		1.404	1.185				
Imposto a Recuperar	8	1.404	1.185				
Permanente		140	219				
Imobilizado e intangível	9	80	108				
Bens em arrendamento	10	60	111				
<b>Total do Ativo</b>		<b>8.846</b>	<b>5.939</b>				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021**  
(Expresso em milhares de Reais - R\$ mil)

	Capital Social	Reserva Legal	Reserva Especial	Outros resultados abrangentes	Lucros / Prejuízos Acumulados	Total do patrimônio líquido
<b>Saldo em 01 de janeiro de 2021</b>	2.750	88	1.003	22	-	3.863
Ajuste a valor de mercado	-	-	-	(84)	-	(84)
Lucro do exercício	-	-	-	-	1.185	1.185
Reserva legal	-	69	-	-	(69)	-
Reserva especial	-	-	839	-	(839)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(184)	(184)
Dividendos propostos	-	-	-	-	(93)	(93)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	2.750	157	1.842	(62)	-	4.687
Mutações do exercício	-	69	839	(84)	-	824
<b>Saldo em 01 de janeiro de 2022</b>	2.750	157	1.842	(62)	-	4.687
Aumento de capital	1.000	-	-	-	-	1.000
Ajuste a valor de mercado	-	-	-	(52)	-	(52)
Lucro do exercício	-	-	-	-	1.756	1.756
Reserva legal	-	88	-	-	(88)	-
Reserva especial	-	-	1.030	-	(1.030)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(638)	(638)
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	3.750	245	2.872	(114)	-	6.753
Mutações do exercício	1.000	88	1.030	(52)	-	2.066

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**Demonstrações dos valores adicionados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 - (Expresso em milhares de Reais - R\$ mil)**

	Notas	2022	2021		Notas	2022	2021
<b>Receitas</b>				<b>Remuneração direta</b>		1.195	962
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	14	3.777	4.352	Benefícios		457	327
Outras receitas		3749	4.253	F.G.T.S		87	67
Provisão para crédito de liquidação duvidosa		35	105	Impostos, taxas e contribuições		1.291	1.187
Insuficiência de recursos		(1.682)	(1.578)	Federais		1.087	983
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(1.682)	(1.578)	Municipais		222	222
<b>Valor adicionado bruto</b>		2.115	2.774	Estadual		204	2
Depreciação, amortização e exaustão		(80)	(106)	Remuneração de capitais de terceiros		5	9
<b>Valor adicionado líquido</b>		2.035	2.668	Juros sob empréstimos		5	9
Valor adicionado recebido em transferência		2.756	1.346	Aluguéis		5	9
Receitas financeiras	16	2.756	1.346	Outras		-	-
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>		4.791	4.014	Remuneração de capitais próprios		1.756	1.462
Distribuição do valor adicionado		4.791	4.014	Dividendos e JCP a bonificar		638	277
Pessoal		1.739	1.356	Lucros retidos do exercício		1.118	1.185

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**Demonstrações do resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021**  
(Expresso em milhares de Reais - R\$ mil)

	Notas	2022	2021
Receita de serviços prestados líquida		3.252	3.764
(-) Provisão para perda esperada		(7)	(6)
<b>Receita Operacional Líquida</b>		<b>3.245</b>	<b>3.758</b>
Despesa com pessoal	15	(1.924)	(1.578)
Honorários da administração	15	(71)	(111)
Despesas administrativas	15	(1.602)	(1.730)
Despesas com depreciação	15	(80)	(106)
Despesas tributárias		(41)	(40)
Outras receitas / (despesas)		(2)	105
<b>Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas de impostos</b>		<b>(475)</b>	<b>298</b>
Receita financeira		2.756	1.346
<b>Receitas financeiras líquidas</b>	16	<b>2.756</b>	<b>1.346</b>
<b>Resultado antes do imposto</b>		<b>2.281</b>	<b>1.644</b>
Imposto de renda e contribuição social		(525)	(459)
Corrente	17.a	(590)	(457)
Diferido	17.b	65	(2)
<b>Lucro do exercício</b>		<b>1.756</b>	<b>1.185</b>
<b>Resultado por ação</b>			
Resultado por ação - básico (em R\$)	13.e	0,5696	0,4309
Resultado por ação - diluído (em R\$)	13.e	0,5696	0,4309

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**Demonstração do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021**  
(Expresso em milhares de Reais - R\$ mil)

	2022	2021
<b>Lucro Líquido Do Exercício</b>	<b>1.756</b>	<b>1.185</b>
<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>(52)</b>	<b>(84)</b>
Marcação a mercado - mudança VJORA	(79)	(128)
Imposto de renda e contribuição social sobre outros resultados abrangentes	27	44
<b>Resultado abrangente total</b>	<b>1.704</b>	<b>1.101</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**Demonstrações dos fluxos de caixa indireto - para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021**  
(Expresso em milhares de Reais - R\$ mil)

	Notas	2022	2021
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>			
Resultado do exercício		1.756	1.185
Ajuste para:			
Depreciações e amortizações		80	106
Provisão para perdas esperada		7	6
Despesas com imposto de renda e contribuição social		590	457
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(65)	2
Bonificação a funcionários		57	95
<b>Variáveis dos ativos e obrigações (Aumento) / redução de ativos</b>			
Aplicações financeiras		(1.356)	(886)
Serviços prestados a receber		(330)	233
Adiantamentos diversos		(21)	161
Outros créditos		1	-
Despesas antecipadas		(84)	-
Impostos a recuperar		(1.479)	(339)
<b>Aumento (redução) de passivos</b>			
Obrigações estatutárias		21	(140)
Fornecedores		57	(148)
Obrigações sociais e trabalhistas		9	51
Obrigações fiscais		(310)	(259)
Outros passivos		104	39
Impostos pagos		(120)	(93)
Caixa líquido gerado / (utilizado) pelas atividades operacionais		(1.083)	470
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>			
Adições ao imobilizado		-	-
Adições ao intangível		-	-
Caixa líquido (utilizado) nas atividades de investimentos		-	-
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>			
Aumento de capital		1.000	-
Pagamento de juros sobre o capital próprio		(156)	-
Pagamento de dividendos		(93)	(18)
Caixa líquido (utilizado) / gerado pela nas atividades de financiamento		751	(18)
<b>Redução de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>(332)</b>	<b>452</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		481	29
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	5	149	481

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais - R\$ exceto quando de outra forma indicado)**

**1 Contexto operacional**  
A Bari Securitizadora S.A. ("Companhia"), foi constituída em 28 de outubro de 2008 e tem como principais objetivos sociais: (a) a aquisição e securitização de recebíveis imobiliários; (b) a emissão e colocação no mercado financeiro de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs) ou qualquer outro título de crédito que seja compatível com suas atividades, nos termos da Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997 e disposições legais subsequentes; e (c) a realização de negócios e prestação de serviços que sejam compatíveis com as atividades de securitização e emissão de títulos lastreados em créditos imobiliários. A Companhia está situada no endereço, Avenida Sete de Setembro, 4.781 sobrejota, Curitiba, Estado do Paraná, e mantém uma filial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.  
Em 16 de dezembro de 2013, a Companhia iniciou suas atividades operacionais com a emissão da 1ª série de CRIs. Atualmente a Companhia detém 84 (oitenta e quatro) séries de CRI's ativas no montante total de R\$ 4.306.346.  
Durante o exercício de 2022, a Companhia emitiu 10 (dez) emissões e 27 (vinte e sete) séries, no montante total de R\$ 892.902.

**2 Base da apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis**  
**a. Declaração de conformidade**  
As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, interpretações e orientações emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). As práticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras.  
A Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das demonstrações financeiras em 17 de março de 2023.

**b. Moeda funcional e moeda de apresentação**  
Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as demonstrações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

**c. Julgamento, estimativas e premissas contábeis**  
Na preparação das demonstrações financeiras são adotadas premissas para o reconhecimento das estimativas para registro de certos ativos, passivos e outras operações como: (i) valor justo dos ativos financeiros; (ii) mensuração para perda ao valor recuperável dos ativos; e (iii) premissas utilizadas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos na mensuração e reconhecimento de provisões e contingências. Os resultados a serem apurados, quando da concretização dos fatos que resultaram no reconhecimento destas estimativas, poderão ser diferentes dos valores reconhecidos nas presentes demonstrações. A Administração monitora e revisa periodicamente e tempestivamente estas estimativas e suas premissas.

**d. Caixa e equivalentes de caixa**  
Incluem os montantes de caixa, fundo disponíveis em contas bancárias de livre movimentação e aplicação financeiras com prazo para resgate de até 90 dias da data da aplicação, principalmente operações compromissadas. As aplicações financeiras são registradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, não superando o valor de mercado

**e. Ativo imobilizado**  
Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens da Companhia.  
É demonstrado pelo custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, mediante as aplicações das taxas anuais fixadas por espécie de bens. O saldo contábil do imobilizado não supera seu provável valor de recuperação e foi submetido a teste de impairment.

**f. Ativos intangíveis**  
Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo for tecnicamente e comercialmente viável, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os demais gastos com desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos com desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.  
A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é reconhecida no resultado.  
A vida útil do ativo capitalizado foi estimada em 5 anos. Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

**g. Arrendamentos**  
No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

**(i) Como arrendatário**  
No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.  
A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data

de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.  
O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remunerações do passivo de arrendamento.  
O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.  
A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimo obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.  
Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.  
A Companhia apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "empréstimos e financiamentos" no balanço patrimonial.

**Arrendamentos de ativos de baixo valor**  
A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de informática. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

**h. Instrumentos financeiros**  
**(i) Ativos financeiros não derivativos**  
A Companhia tem os seguintes ativos financeiros: (i) ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado; (ii) ativos financeiros registrados pelo valor justo através de outros resultados abrangentes e (iii) ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. A Companhia baixa um ativo financeiro quando tem seus direitos contratuais retirados, cancelados ou vencidos.

• Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado (VJR)  
• De acordo com o CPC 48, o ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado pela Companhia, de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimento. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e as mudanças desses ativos são reconhecidas no resultado dos períodos.

• Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado  
• São ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são med

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos. De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros. Adicionalmente, conforme requerido pela legislação fiscal, os juros sobre o capital próprio devem compor a redução da base de cálculo pelos impactos fiscais reconhecidos na rubrica de imposto de renda e contribuição social.

**m. Resultado por ação**

O lucro básico por ação é calculado dividindo o lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas pela média ponderada da quantidade de ações em circulação durante o período, incluindo as emissões de direitos e bônus de subscrição, quando aplicável.

O lucro diluído por ação é calculado dividindo o lucro líquido atribuível aos acionistas controladores pela média ponderada de ações em circulação, acrescida dos efeitos de todas as ações potenciais. Todos os instrumentos e contratos que possam resultar na emissão de ações são consideradas ações potenciais.

Os valores comparativos devem ser ajustados para refletir capitalizações, emissões de bônus de subscrição ou desdobramento de ações. Se essas alterações ocorrerem depois das datas dos balanços, mas antes da autorização para emissão das demonstrações financeiras, os cálculos por ação das demonstrações financeiras são baseados no novo número de ações.

**n. Dividendos e juros sobre capital próprio**

Os dividendos e os juros sobre capital próprio são reconhecidos como um passivo com base nos dividendos mínimos definidos pelo estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido como um passivo quando aprovado pelo Conselho de Administração e ad referendum da Assembleia Geral Ordinária.

**o. Demonstração do valor adicionado ("DVA")**

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante o período e é apresentada pela Companhia, como parte de suas demonstrações financeiras.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

**p. Novas normas e interpretações**

Em 23 de dezembro de 2021 foi publicada a Resolução CVM nº 60 e em 29 de março de 2022 foi publicada a Resolução CVM nº 80, ambas passaram a vigorar em 2 de maio de 2022, propõem alterações nos documentos e divulgações a serem realizados pela Companhia. A Companhia está em processo de adaptações das referidas resoluções.

Em 2022, a CVM editou e divulgou novas resoluções, conforme listadas a seguir, mas que ainda não entraram em vigor para a referida data base e demonstração financeira da Companhia:

- Resolução CVM 92 - Aprova a Consolidação do Pronunciamento Técnico CPC 03(R2) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, que trata sobre demonstração dos fluxos de caixa;
- Resolução CVM 93 - Aprova a Consolidação do Pronunciamento Técnico CPC 04(R1) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, que trata de ativo intangível;
- Resolução CVM 94 - Aprova a Consolidação do Pronunciamento Técnico CPC 05(R1) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, que trata de divulgação sobre partes relacionadas;
- Resolução CVM 95 - Aprova a Consolidação do Pronunciamento Técnico CPC 06(R2) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, que trata de arrendamentos;
- Resolução CVM 102 - Aprova a Consolidação do Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, que trata de demonstração intermediária;
- Resolução CVM 104 - Aprova a Consolidação do Pronunciamento Técnico CPC 23 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, que trata de políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro;
- Resolução CVM 106 - Aprova a Consolidação do Pronunciamento Técnico CPC 26(R1) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, que trata da Apresentação das Demonstrações Contábeis;
- Resolução CVM 105 - Aprova a Consolidação do Pronunciamento Técnico CPC 24 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, que trata de evento subsequente;
- Resolução CVM 109 - Aprova a Consolidação do Pronunciamento Técnico CPC 32 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, que trata de tributos sobre o lucro;
- Resolução CVM 110 - Aprova a Consolidação do Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, que trata de benefícios a empregados;
- Resolução CVM 115 - Aprova a Consolidação do Pronunciamento Técnico CPC 46 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, que trata de mensuração do valor justo;
- Resolução CVM 117 - Aprova a Consolidação do Pronunciamento Técnico CPC 09 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, que trata sobre demonstração do valor adicionado;
- Resolução CVM 119 - Aprova a Consolidação do Pronunciamento Técnico CPC 38 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, que trata de Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração;
- Resolução CVM 120 - Aprova a Consolidação do Pronunciamento Técnico CPC 39 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, que trata de Instrumentos Financeiros: Apresentação;
- Resolução CVM 121 - Aprova a Consolidação do Pronunciamento Técnico CPC 40 (R1) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, que trata de Instrumentos Financeiros: Evidenciação.

A Companhia analisou as emendas às normas contábeis mencionadas acima e não identificou impactos em suas políticas operacionais e contábeis.

**q. Gestão de risco**

Alguns riscos, inerentes à atividade de securitização, não são identificados nas operações da Companhia e outros são minimizados pela adoção de mecanismos de proteção e controle, conforme exposto a seguir:

**a. Risco de mercado**

Relacionado com a possibilidade de perda por oscilação de taxas, descasamento de prazos ou moedas nas carteiras ativas e passivas. Esse risco é minimizado na Companhia pela compatibilidade entre os títulos a serem emitidos e os recebíveis que lhes darão lastro. No que diz respeito à atividade de tesouraria, as disponibilidades financeiras estão concentradas em aplicações de baixo risco, quando aplicável, têm os seus saldos ajustados a valor de mercado.

**b. Risco de crédito**

Considerado como a possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes de problemas financeiros com seus clientes que os levem a não honrar os seus compromissos assumidos com a Companhia. A Companhia não possui coobrigação nas emissões de recebíveis realizadas, dessa forma, o risco se torna minimizado e referente as prestações de serviços sobre a aquisição e securitização de recebíveis imobiliários; emissão e colocação no mercado financeiro de Certificados de Recebíveis Imobiliários ou outro título.

**c. Risco de liquidez**

O risco de liquidez é definido pela possibilidade de escassez de caixa, o que pode acarretar incapacidade da Companhia honrar seus compromissos de curto prazo.

A Companhia mantém níveis de liquidez adequados, resultante da qualidade de seus ativos, e do controle do risco adotados como instrumentos de gestão, projeções de liquidez de curto, médio e longo prazo, limites de risco e plano de contingência de liquidez.

**d. Risco operacional**

Entendido como relacionado à possibilidade de perdas não previstas decorrentes da inadequação dos sistemas, das práticas e medidas de controle em resistir e preservar a situação esperada por ocasião da ocorrência de falhas na modelagem de operações e na infraestrutura de apoio, de erros humanos, de variações no ambiente empresarial e de mercado e/ou das outras situações adversas que atentem contra o fluxo normal das operações.

**4 Caixa e equivalentes de caixa**

	2022	2021
Disponibilidade	2	-
Aplicação financeira (i)	147	481
<b>Total</b>	<b>149</b>	<b>481</b>

(i) A aplicação financeira é um resgate automático do saldo em conta corrente, com liquidez imediata.

**5 Ativos financeiros**

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados na tabela a seguir:

	2022	2021
Aplicações em operações interfinanceiras	594	1.935
Certificado de recebíveis imobiliários	4.483	1.837
<b>Total de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado</b>	<b>5.077</b>	<b>3.772</b>

**(i) Aplicações financeiras avaliadas a valor justo através do resultado**

Os saldos classificados como aplicações, são representados por aplicações em Certificados de Depósitos Bancários. O custo e ajuste ao valor justo são demonstrados na tabela a seguir:

	Índice	2022		
		Valor da Curva	Ajuste ao valor justo (no resultado)	Valor justo
Certificado de Depósitos Bancários	110% Índice DI	594	-	594
<b>Total</b>		<b>594</b>		<b>594</b>

	Índice	2021		
		Valor da Curva	Ajuste ao valor justo (no resultado)	Valor justo
Certificado de Depósitos Bancários	110% Índice DI	1.935	-	1.935
<b>Total</b>		<b>1.935</b>		<b>1.935</b>

**(ii) Certificados Recebíveis**

A Companhia possui cotas de Certificados Recebíveis Imobiliários, conforme demonstrado abaixo:

	Índice	2022		
		Valor da curva	Ajuste ao valor justo por meio de outros resultados abrangente	Valor justo
Certificados Recebíveis Imobiliário Série 77 – taxa da operação 35,81%a.a.	Índice IPCA	1.505	(9)	1.415
Série 104 - taxa da operação 13%a.a.	Índice IPCA	1.548	(50)	1.498
12ª Emissão - Série 3 - taxa da operação 7,75%a.a.	Índice IPCA	1.603	(24)	1.579
<b>Total</b>		<b>4.656</b>	<b>(173)</b>	<b>4.483</b>

	Índice	2021		
		Valor da curva	Ajuste ao valor justo por meio de outros resultados abrangente	Valor justo
Certificados Recebíveis Imobiliário Série 77 – taxa da operação 35,81%a.a.	Índice IPCA	1.931	(94)	1.837
<b>Total</b>		<b>1.931</b>	<b>(94)</b>	<b>1.837</b>

**(iii) Apresentação dos ativos financeiros por faixa de vencimento**

Faixa de vencimento	Ativos financeiros 2022	Ativos financeiros 2021
Até 3 meses	-	-
De 3 meses a 1 ano	-	-
Acima de 1 ano (a)	-	-
Certificado de Depósitos Bancários	594	1.935
Certificados Recebíveis Imobiliário	4.483	1.837
<b>Total</b>	<b>5.077</b>	<b>3.772</b>

(a) No balanço patrimonial, a alocação por prazo de vencimento considerou, além do prazo contratual destacado acima, a possibilidade de liquidação imediata no montante total de R\$ 594 (R\$ 1.935 em dezembro de 2021).

**6 Serviços prestados e provisão para perda esperada**

Em 31 de dezembro de 2022 o montante de R\$ 410, refere-se a taxas de administração sobre os CRI's (R\$ 81 em 2021). Na análise da Administração que levou em consideração o histórico de pagamentos e a capacidade de liquidação da contraparte, houve a necessidade de constituição de R\$ 13 como provisão para perdas esperadas no exercício (6 em 31 de dezembro de 2021).

	2022	2021
Contas a receber	410	81
Provisão para perdas esperadas	(13)	(6)
<b>Total</b>	<b>397</b>	<b>75</b>

A seguir estão apresentados os vencimentos dos saldos de contas a receber de clientes em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

Vencidas	2022	2021
Até 30 dias	-	-
31 a 60 dias	-	-
61 a 90 dias	-	2
91 a 180 dias	1	4
Acima de 180 dias	13	-
<b>Total vencidas</b>	<b>14</b>	<b>6</b>
<b>A vencer em até 30 dias</b>	<b>396</b>	<b>75</b>
<b>Total a receber</b>	<b>410</b>	<b>81</b>

A movimentação da provisão para perda esperada está demonstrada a seguir:

	2022	2021
Saldo no início do exercício	(6)	-
Constituição de provisão	(7)	(6)
Recebimento / reversão	-	-
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>(13)</b>	<b>(6)</b>

**7 Adiantamentos**

	2022	2021
Adiantamentos e antecipações salariais	14	4
Adiantamentos sobre a estruturação dos CRIs	97	106
Outros adiantamentos	20	-
<b>Total de adiantamentos</b>	<b>131</b>	<b>110</b>

**8 Impostos a recuperar**

Os impostos a recuperar refletem o atual regime de apuração desses tributos e são realizados por meio da compensação com as obrigações advindas das operações próprias.

	2022	2021
Impostos a compensar (a)	1.314	37
Impostos a compensar - IRPJ/CSLL (b)	1.404	1.185
<b>Total de impostos a recuperar</b>	<b>2.718</b>	<b>1.222</b>
<b>Circulante</b>	<b>1.314</b>	<b>37</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>1.404</b>	<b>1.185</b>

(a) Refere-se substancialmente a imposto de renda retido na fonte de aplicações financeiras.  
(b) A Companhia entrou com o pedido de restituição destes créditos perante a receita federal, o qual está em andamento, tendo prazo legal de até 5 anos

**9 Imobilizado e Intangível**

Descrição	Taxas de depreciação e amortização (%)	Custo	Depreciação e amortização acumulada	2022 líquido	2021 líquido
Móveis e equipamentos	10% e 20%	163	(113)	50	62
Computadores	20%	-	-	-	-
Comunicação	20%	-	-	-	-
Veículos	20%	70	(45)	25	39
Intangível	20%	24	(19)	5	7
<b>Total</b>		<b>257</b>	<b>(177)</b>	<b>80</b>	<b>108</b>

**10 Bans em arrendamento**

Refere-se ao contrato de aluguel da sede, localizada na Rua Gomes de Carvalho, nº 1.356, na cidade de São Paulo/SP, com data de contratação em outubro de 2021, tendo um prazo de carência de 3 meses. Sendo assim, o contrato ficará vigente a partir de 1º de janeiro de 2022 e prazo remanescente de 33 meses.

**Saldo em 1 de janeiro de 2022**

Adição de novos contratos / reajustes de contratos	111
(-) Amortização	(51)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>60</b>

**Saldo em 1 de janeiro de 2021**

Adição de novos contratos / reajustes de contratos	105
(-) Amortização	(68)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>111</b>

**11 Receita diferida**

Refere-se a taxas de gestão anual dos CRIs, recebidas antecipadamente pelo agente financeiro, que são apropriadas ao resultado de 12 meses. Em 31 de dezembro de 2022 o montante a apropriar é de R\$ 615 (R\$ 511 em 2021) e o montante apropriado ao resultado, na rubrica de prestação de serviços, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 1.117 (R\$ 1.098 em 2021).

**12 Outras obrigações diversas**

	2021	2021
Circulante	74	50
Provisão para pagamentos de fornecedores	85	-
Credores diversos (a)	159	50
<b>Total</b>	<b>318</b>	<b>100</b>

(a) Refere-se a recebimentos antecipados, do qual não há saldos para o exercício de 2021.

**13 Patrimônio líquido**

**a. Capital social**  
Em 13 de setembro de 2022 em reunião do Conselho de Administração, os conselheiros deliberaram *ad referendum* da próxima assembleia de acionistas, o aumento de capital no valor total de R\$ 1.000 e 1.000.000 (um milhão) de ações.

Em 31 de dezembro de 2022 o capital social subscrito e integralizado, está dividido em 3.750.000 (2.750.000 em 31 de dezembro 2021), ações ordinárias nominativas, sem valor nominal:

	Ações	%	R\$
Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S/A	3.712.500	99,00	3.723
Evaldo Leandro Perussolo	37.500	1,00	37
<b>Total</b>	<b>3.750.000</b>	<b>100,00</b>	<b>3.760</b>

A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social em até 50.000.000 (cinquenta milhões) de ações, ordinárias ou preferenciais, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração.

**b. Reserva legal**

Conforme determina o art. 193 da Lei nº 6.404/76, será aplicado 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício na constituição de reserva legal, antes de qualquer outra destinação, até o limite de 20% do capital social integralizado, podendo ser utilizada para futuro aumento de capital social e/ou compensação de prejuízos acumulados.

**c. Reserva Especial**

A reserva estatutária refere-se à reserva especial para integridade do patrimônio líquido, que tem por fim assegurar recursos para atender às necessidades regulatórias e operacionais de valor de patrimônio líquido da Companhia, podendo ser convertida em capital social por deliberação em assembleia, observado o limite do capital autorizado, e será formada, observada proposta dada em assembleia, com até 100% do lucro líquido que remanescer após as destinações para reserva legal e dividendo mínimo obrigatório, não podendo ultrapassar o valor do capital social.

**d. Dividendos e Juros sobre Capital Próprio**

O estatuto social determina que seja assegurado aos acionistas o pagamento do dividendo mínimo obrigatório de 10% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido, após a destinação da reserva legal e das reservas para contingências, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76 das Sociedades por Ações.

Os juros sobre o capital próprio são calculados com base nos critérios definidos pela legislação fiscal em vigor. O registro contábil obedece às diretrizes contábeis da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, sendo o montante da despesa incorrida reclassificada da demonstração do resultado para a rubrica de reserva de lucro.

	2022	2021
Receita de prestação de serviços (a)	3.437	3.167
Assessoria (b)	89	978
Administração e Contrato	222	108
<b>Total</b>	<b>3.748</b>	<b>4.253</b>

	2022	2021
Provisão para liquidação de devedores duvidosos	(7)	(6)
Impostos (PIS, COFINS e ISS)	(496)	(489)
<b>Receita líquida</b>	<b>3.254</b>	<b>3.758</b>

	Valor Provisionado	Valor de imposto retido	Valor liq. a pagar	Valor Pago	Data Pagto	Deliberado por
Juros sobre capital próprio – JCP – 2021	(184)	28	(156)	156	30/06/2022	AGO 29/04/2022
Dividendos propostos em 2021	(93)	-	(93)	93	30/06/2022	AGO 29/04/2022
Juros sobre capital próprio – JCP – 2022	(638)	96	(542)	-	-	Não deliberado

	2022	2021
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	1.756	1.195
Ações ordinárias ponderadas em circulação (milhares)	3.083	2.750
Lucro básico/diluído por ação	0,5696	0,4309

	2022	2021
Receita de prestação de serviços (a)	3.437	3.167
Assessoria (b)	89	978
Administração e Contrato	222	108
<b>Total</b>	<b>3.748</b>	<b>4.253</b>

	2022	2021
Provisão para liquidação de devedores duvidosos	(7)	(6)
Impostos (PIS, COFINS e ISS)	(496)	(489)
<b>Receita líquida</b>	<b>3.254</b>	<b>3.758</b>

(a) Refere-se a taxa de gestão, estruturação e emissão dos CRIs. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, incluiu receita na estruturação de cessões de operações de crédito com terceiros.  
(b) A Companhia auferiu receita com a prestação de serviços de assessoria com monitoramento de recebíveis nas empresas ligadas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 de R\$ 89 (R\$ 978 em 2021).

**15 Despesas operacionais por natureza**

|--|

## Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da  
**Bari Securitizadora S.A.**  
São Paulo – SP

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Bari Securitizadora S.A. ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Bari Securitizadora S.A. ("Companhia") em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras".

Somos independentes em relação a Securitizadora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

## Receitas de serviços prestados

## Motivo pelo qual o assunto foi considerado um PAA

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1, a principal atividade da Securitizadora é a aquisição e a securitização de Certificado de Recebíveis Imobiliários. No âmbito de sua atividade, conduz a estruturação, emissão e a colocação das operações de securitização. Além disso, é responsável pelo gerenciamento destes recebíveis, bem como os respectivos pagamentos aos investidores. Devido a relevância desta transação para a Securitizadora, e o gerenciamento do reconhecimento, mensuração e adequação das operações divulgadas como informações complementares, consideramos este assunto relevante para a nossa auditoria.

Esse tema foi considerado como uma área crítica e, portanto, de risco em nossa abordagem de auditoria, tendo em vista ser o processo de reconhecimento de receitas, além de área crítica e de risco, tratar-se de rubrica de significativo impacto nas demonstrações financeiras da Securitizadora, sendo os procedimentos de auditoria de maior complexidade, dado ao tempo envolvido na análise das operações, leitura de contratos, entre outros aspectos.

## Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações financeiras

Nossos procedimentos de auditoria, foram entre outros: (i) exame dos lastros por amostragem; (ii) recálculo do passivo de emissão de acordo com os princípios constantes em Termo de Securitização; e (iii) exame da liquidação financeira tanto das baixas dos recebíveis quanto das amortizações dos passivos de emissão.

Com base na abordagem de nossa auditoria e nos procedimentos efetuados, entendemos que os critérios e premissas adotados pela Securitizadora para reconhecimento dos ativos e o resultado obtido no exercício foram adequados no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Securitizadora.

## Outros assuntos

## Demonstrações do Valor Adicionado (DVA)

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Securitizadora, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e apresentadas como informação suplementar para os demais tipos de sociedade, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Securitizadora. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Securitizadora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Securitizadora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Securitizadora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Securitizadora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões

econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Forcemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 17 de março de 2023  
Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.  
CRC ZSP-025.583/O-1  
Thiago Benazzi Arleiro  
Contador CRC 1SP-273.332/O-9

# Faça suas publicações legais no DI&C.

## A transparência é total e a cobertura é perfeita.

Um jornal com a tradição de 46 anos de circulação, é muito mais adequado para suas publicações legais. **Atas, editais, balanços, seja o material que for, você pode contar com a agilidade e a frequência de nossas páginas.**

- TRADIÇÃO NA PUBLICIDADE LEGAL
- CLASSE EMPRESARIAL E FORMADORES DE OPINIÃO LEEM O DI&C
- 46 ANOS DE CREDIBILIDADE EDITORIAL
- EDIÇÕES IMPRESSAS DE 2ª A 6ª FEIRA
- PORTAL DE PUBLICAÇÕES NO SITE [www.diarioinduscom.com.br](http://www.diarioinduscom.com.br)

ENTRE EM CONTATO

(41) 3333-9800 ou E-MAIL [publegal@induscom.com.br](mailto:publegal@induscom.com.br)

DIÁRIO INDÚSTRIA&COMÉRCIO



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 27/03/2023

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal Indústria & Comércio ou acesse através do link: [https://www.diarioinduscom.com.br/Publicacoes\\_Legais](https://www.diarioinduscom.com.br/Publicacoes_Legais)



## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/E56B-DE92-01BE-DA1A> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: E56B-DE92-01BE-DA1A



### Hash do Documento

9E6C449E49EC3A702367253A0BFF116627B785E55CE858488EB9AE9F0CA4F9B8

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 27/03/2023 é(são) :

- Odone Fortes Martins (Signatário - INCO EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA) - 027.836.579-53 em 27/03/2023 09:17 UTC-03:00  
**Tipo:** Certificado Digital - INCO EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - 09.570.162/0001-30



**F.V. de ARAUJO S.A.**

Madeiras, Agricultura, Indústria e Comércio

CNPJ. 78.144.300/0001-31

**RELATÓRIO DA DIRETORIA****Senhores acionistas,**

Temos o prazer de submeter à V.Sas., o Relatório da Diretoria consubstanciado nas Demonstrações Financeiras referentes ao exercício financeiro findo em 31 de dezembro de 2021.

Registramos nossos agradecimentos aos senhores acionistas e a todos os clientes, fornecedores e funcionários.

Curitiba, 22 de junho de 2022  
A DIRETORIA

**BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO**  
Em reais

ATIVO	2021	2020	PASSIVO	2021	2020
<b>CIRCULANTE</b>			<b>CIRCULANTE</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	11.859.548	5.326.294	Fornecedores	2.340.389	1.703.086
Contas a receber de clientes	4.881.224	2.091.081	Obrigações sociais	536.998	320.854
Impostos a recuperar	1.038.781	1.245.517	Obrigações tributárias	509.622	131.772
Estoques	2.647.981	1.284.353	Provisões trabalhistas	331.220	279.301
Outras contas a receber	253.533	51.591	Dividendos a pagar	1.000.000	-
Despesas antecipadas	58.781	47.164	Obrigações diversas	404.675	545.545
	<b>20.739.848</b>	<b>10.046.000</b>		<b>5.122.904</b>	<b>2.980.558</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			<b>NÃO CIRCULANTE</b>		
Depósito judicial	2.498.485	45.363	Débitos com partes relacionadas	5.133.311	4.561.516
Impostos a recuperar	310.987	330.119		<b>5.133.311</b>	<b>4.561.516</b>
Créditos com partes relacionadas	5.143.458	4.573.115	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		
Investimentos	1.000.530	1.000.530	Capital social	25.000.000	25.000.000
Imobilizado	15.022.082	14.729.397	Reserva legal	522.959	-
	<b>23.975.542</b>	<b>20.678.524</b>	Reserva de lucros	8.936.216	-
			Lucros/prejuízos acumulados	-	-1.817.550
				<b>34.459.175</b>	<b>23.182.450</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>44.715.390</b>	<b>30.724.534</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>44.715.390</b>	<b>30.724.524</b>

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO**  
Em reais

	2021	2020
<b>RECEITA OPERACIONAL BRUTA</b>		
Vendas de mercadorias	44.665.775	25.735.174
Impostos e devoluções sobre vendas	-4.109.766	-1.172.493
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>	<b>40.556.009</b>	<b>24.562.681</b>
Custo dos produtos vendidos	-21.960.714	-16.544.205
<b>LUCRO BRUTO</b>	<b>18.595.295</b>	<b>8.018.476</b>
<b>RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS</b>		
Despesas comerciais	-624.215	-985.260
Despesas gerais e administrativas	-3.757.283	-4.629.659
Alienação de imobilizado	1.091.827	2.069.274
Outras receitas/despesas operacionais, líquidas	290.855	-454.700
	<b>-2.998.816</b>	<b>-4.000.345</b>
<b>RESULTADO ANTES DOS EFEITOS FINANCEIROS</b>	<b>15.596.479</b>	<b>4.018.131</b>
<b>RESULTADOS FINANCEIROS</b>		
Despesas financeiras	-566.494	-583.015
Receitas financeiras	1.061.462	800.228
	<b>494.968</b>	<b>217.213</b>
<b>RESULTADO ANTES DAS PROVISÕES DE:</b>	<b>16.091.447</b>	<b>4.235.344</b>
Imposto de renda	-2.798.590	-717.043
Contribuição Social	-1.016.132	-266.775
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>12.276.725</b>	<b>3.251.526</b>
<b>LUCRO POR AÇÃO</b>	<b>1,2277</b>	<b>0,3251</b>

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31 DE DEZEMBRO**  
Em reais

	2021	2020
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>12.276.725</b>	<b>3.251.526</b>
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>TOTAL DOS RESULTADOS ABRANGENTES</b>	<b>12.276.725</b>	<b>3.251.526</b>

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
Em reais

	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucro/prejuízos acumulados	Total
<b>EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019</b>	<b>25.000.000</b>	-	-	<b>-5.069.076</b>	<b>19.930.924</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	3.251.526	3.251.526
<b>EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020</b>	<b>25.000.000</b>	-	-	<b>-1.817.550</b>	<b>23.182.450</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	12.276.725	12.276.725
Destinação do lucro:					
Reserva legal	-	522.959	-	-522.959	-
Dividendos propostos	-	-	8.936.216	-1.000.000	-1.000.000
Reserva de lucros a disposição da AGO	-	-	-	-8.936.216	-
<b>EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021</b>	<b>25.000.000</b>	<b>522.959</b>	<b>8.936.216</b>	<b>-</b>	<b>34.459.175</b>

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS****1 CONTEXTO OPERACIONAL**

A Companhia tem como atividades preponderantes a produção e comercialização de madeira compensada, madeira sólida beneficiada e as participações no capital social das empresas Sopaco – Sociedade Paraná Comercial e Importadora Ltda., e Sopareli Reflorestamentos S.A.

**2 APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei n.º 6.404/76, e suas alterações posteriores, incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, além das normas técnicas estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, em especial às aplicáveis às pequenas e médias empresas NBC TG 1000 (R1), e abrangendo a legislação societária.

As demonstrações financeiras são de responsabilidade da Administração da Sociedade e foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, contemplando todas as modificações nas práticas contábeis introduzidas pela Lei n.º 11.638/07, e regulamentadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

**3 PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS****3.1 Valor presente**

A sociedade elaborou cálculos relacionados ao ajuste a valor presente de ativos e passivos, considerando os prazos médios de recebimentos e pagamentos, os quais não indicaram nenhum ajuste a valor presente a ser registrado.

**3.2 Instrumentos financeiros – Valor justo**

Os valores registrados que envolvem instrumentos financeiros de ativos e passivos, tais como: disponibilidades, contas a receber e contas a pagar, estão compatíveis com as atuais taxas de mercado para os respectivos prazos de realização e vencimento e se aproximam do valor justo conforme orientação do CPC 14.

**3.3 Resumo das demais práticas contábeis.**

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras estão descritas a seguir:

**a) Base da preparação**

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas considerando o custo histórico.

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração efetue estimativas e adote premissas, no seu melhor julgamento, que afetam os montantes apresentados de ativos e passivos, assim como os valores de receitas e despesas. Os valores reais podem divergir daqueles estimados.

**b) Ativos e passivos circulantes**

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis que apresentam vencimentos em até um ano estão demonstrados nos grupos circulantes, apresentados ao custo de aquisição, mais rendimentos incorridos até a data do balanço, e ajustados, quando aplicável, ao seu equivalente valor de mercado.

**c) Ativos e passivos não circulantes**

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas até a data do balanço.

**d) Ativos e passivos vinculados à atualização monetária**

Os ativos e passivos em reais sujeitos à indexação contratual e legal, são corrigidos na data do balanço pela aplicação correspondente ao índice. Ganhos e perdas decorrentes das variações monetárias são reconhecidos no resultado em bases correntes.

**e) Caixa e equivalentes de caixa**

São recursos mantidos em espécie na tesouraria e pelos saldos livres de movimentação dos depósitos bancários à vista. Os saldos bancários são mantidos em instituições financeiras pelo país, autorizados a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

**f) Contas a receber de clientes**

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, acrescidos de variação cambial quando aplicável. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é calculada com base nas perdas estimadas segundo avaliação individualizada das contas a receber e considerando as perdas históricas, cujo montante é considerado suficiente pela Administração da Companhia para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos.

**g) Estoques**

Os estoques são registrados pelo custo médio de aquisição, despojados dos impostos recuperáveis.

**h) Investimentos**

Os investimentos estão avaliados pelo custo de aquisição, acrescido de ágio ou deduzidos de deságio, quando aplicável.

**i) Imobilizado**

É registrado ao custo de aquisições, deduzido da depreciação calculada pelo método linear, de acordo com as taxas admitidas pela legislação fiscal vigente.

**j) Apuração do resultado**

O resultado do exercício é apurado de acordo com o regime de competência. Os rendimentos e encargos incidentes sobre os Ativos e Passivos estão reconhecidos no resultado.

**4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

	2021	2020
<b>Caixa</b>	<b>5.500</b>	<b>5.500</b>
<b>Instituições financeiras</b>		
Banco Bradesco	990.339	1.297.352
Banco do Brasil	6.366	6.366
Banco Santander	1.979	1.460
	<b>998.684</b>	<b>1.305.178</b>
<b>Banco Bradesco – CDB</b>	<b>10.855.364</b>	<b>4.015.616</b>
<b>Total</b>	<b>11.859.548</b>	<b>5.326.294</b>

**5 IMPOSTOS A RECUPERAR**

	2021	2020
<b>Circulante</b>		
ICMS – imposto sobre circulação de mercadorias e prestação de serviços	1.035.039	1.241.726
IPI – imposto sobre produtos industrializados	3.742	3.791
	<b>1.038.781</b>	<b>1.245.517</b>

	2021	2020
<b>Não circulante</b>		
PIS – Programa de Integração Social	43.958	43.900
COFINS – Contribuição para a Seguridade Social	204.356	204.085
ICMS – imposto sobre circulação de mercadorias e prestação de serviços	62.673	82.134
<b>Total</b>	<b>310.987</b>	<b>330.119</b>
	<b>1.349.768</b>	<b>1.575.636</b>

**6 IMOBILIZADO**

	2021	2020
<b>Líquido</b>		
Terrenos e edificações	3.409.722	3.408.061
Instalações, móveis e utensílios	504.785	638.446
Máquinas e equipamentos	2.111.521	2.766.578
Reflorestamento e floresta nativa	7.557.731	6.461.485
Outras imobilizações	1.438.323	1.454.827
<b>Total</b>	<b>15.022.082</b>	<b>14.729.397</b>

**7 CAPITAL SOCIAL**

O capital social está representado por 10.000.000 de ações ordinárias nominativas sem valor nominal. Aos acionistas é assegurado em cada exercício um dividendo mínimo, não inferior a 10% do lucro líquido, apurado de acordo com a Lei das Sociedades Anônimas e o Estatuto Social.

FRANCISCO ALBERTO VIEIRA DE ARAÚJO  
Diretor PresidenteDEMÉTRIOS LAMBROS  
Diretor Adm. FinanceiroJULIANO VIEIRA DE ARAUJO  
Diretor ComercialADHMAR VIEIRA DE ARAUJO NETO  
Diretor IndustrialRENATO JOSÉ RIBEIRO  
Contador - CRC-PR 028550/O-9

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 27/03/2023

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code  
para acessar a página de Publicações Legais no portal do  
Jornal Indústria & Comércio ou acesse através do link:  
[https://www.diarioinduscom.com.br/Publicacoes\\_Legais](https://www.diarioinduscom.com.br/Publicacoes_Legais)



## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/A078-D726-5F82-AB61> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: A078-D726-5F82-AB61



### Hash do Documento

1F85E91557EAD8F78EF18F11198DAD495254A7C477E1B85372A019D738653234

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 27/03/2023 é(são) :

- Odone Fortes Martins (Signatário - INCO EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA) - 027.836.579-53 em 27/03/2023 09:16 UTC-03:00  
**Tipo:** Certificado Digital - INCO EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - 09.570.162/0001-30

